

---

## ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

---

### DA REGIÃO SISALEIRA:

---

### PERSPECTIVAS NA IDENTIDADE

---

### DE GÊNERO FEMININO\*

---

DOI 10.18224/frag.v32i1.12141

CARLA GISELLE PEREIRA MASCARENHAS DE ALENCAR\*\*  
SANDRA CÉLIA COELHO GOMES DA SILVA\*\*\*

*Resumo: o presente artigo traz a seguinte questão de pesquisa: como se dá o papel e a presença das mulheres nas associações comunitárias existentes no Território do Sisal? O objetivo consiste em mapear as Associações Comunitárias Sisaleiras na perspectiva da identidade de gênero feminino, destacando os aspectos familiares, sociais e relacionais trazidos pelas mulheres colaboradoras da pesquisa. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e empírica, utilizando a história de vida para coleta de dados e a análise destes através do Discurso do Sujeito Coletivo. Para as mulheres pertencentes às associações são designados papéis sociais tidos como femininos. As mulheres atuam à margem nas associações, espaços ainda dominados pelos homens. Há a necessidade de fortalecer a condição das mulheres como sujeitos de direitos nas associações comunitárias sisaleiras, visto a importância dessas na luta por melhorias dentro da comunidade, permitindo atuação política e social do gênero feminino como forma de promover autonomia e consciência crítica.*

*Palavras-chave: Associação Comunitária. Mulheres. Trabalho. Papéis Sociais.*

O Território do Sisal possui um histórico de lutas decorrentes dos problemas vividos e enfrentados diante das secas, pobreza e marginalização. Uma das formas encontradas para diminuir e buscar alternativas de enfrentamento das dificuldades é através das associações comunitárias nas suas diversas configurações, estabelecendo entre os sujeitos envolvidos um vínculo

---

\* Recebido em: 30.11.2021. Aprovado em: 15.03.2023.

\*\* Mestre em Intervenção Educativa e Social na Universidade Estadual da Bahia. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana. *E-mail:* carlaalencar18@hotmail.com.

\*\*\* Pós-doutora em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Doutora e mestra em Ciências da Religião pela PUC Goiás. Professora e coordenadora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social UNEB – Campus XI Serrinha. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). *E-mail:* scsilva@uneb.br.

de solidariedade que ultrapassa as fronteiras na luta por uma melhor vivência para a coletividade, contribuindo, assim, para um possível fortalecimento dos grupos sociais envolvidos nesse processo.

As mulheres dentro desses espaços resistem através do desenvolvimento de atividades que promovem melhorias das suas condições de vida. Apesar de estarem majoritariamente em ambientes rurais, encontram-se enraizadas nas associações as determinações sociais que designam as funções do homem e da mulher. Este artigo aborda a participação social e política das mulheres no contexto das associações comunitárias da região sisaleira, promovendo um diálogo com o campo empírico, trazendo a história de vida das mulheres associadas a um curtume da referida região e suas perspectivas sobre os aspectos socioambientais, educativos e culturais.

Este artigo faz parte da dissertação intitulada *Organização comunitária feminina em um curtume da região sisaleira: proposições educativas, socioambientais e culturais*, da linha 1 - Novos Contextos de Aprendizagem, do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) e traz como questão de pesquisa como se dá o papel e a presença das mulheres nas associações comunitárias existentes no Território do Sisal? O objetivo do artigo consiste em mapear as Associações Comunitárias Sisaleiras na perspectiva da identidade de gênero feminino.

O artigo está dividido em Percursos Metodológicos e mais três seções, cada uma desenvolvida a partir dos Discursos do Sujeito Coletivo construídos de acordo com os tópicos da entrevista: História de vida das mulheres associadas a um curtume da região sisaleira; A associação comunitária e o trabalho com o couro na perspectiva do gênero feminino; e Transmissão intergeracional da cultura e preservação ambiental: diálogos com o campo empírico. Seguem, logo abaixo, as reflexões promovidas a partir dos Discursos do Sujeito Coletivo.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a sua construção, foram aplicadas entrevistas narrativas às cinco mulheres colaboradoras utilizando-se a técnica história de vida e o Discurso do Sujeito Coletivo para análise de dados obtidos em campo, de forma remota, sempre respeitando o distanciamento físico por conta da pandemia da COVID-19. A intervenção foi realizada após a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa, parecer de número 4.428.014 e CAAE nº 39796720.6.0000.0057. As entrevistas consistiram em três perguntas: 1) Fale um pouco sobre sua história de vida: pessoal, familiar, religião, estudo; 2) Comente sobre seu trabalho enquanto mulher, com o couro e como se dá as suas relações com a comunidade e associação; 3) Fale um pouco da sua compreensão sobre o que é cultura. Qual a importância da preservação ambiental para a comunidade?

Para tanto, autores como Haguete (1997), Minayo (2001) e Lefèvre e Lefèvre (2005) deram suporte para esse desenvolvimento. Entrevistas narrativas “possibilitam identificar e refletir sobre aspectos característicos a partir dos quais produzem histórias cruzadas entre o individual e o contexto social coletivo” (EUGÊNIO; TRINDADE, 2017, p. 122). Sendo assim, a narrativa é fundamental para a construção da noção de coletivo.

Na análise dos dados, foram consideradas as diferentes respostas colhidas nas entrevistas, de maneira a se extrair e obter material para a reescrita dos depoimentos na primeira pessoa do singular. As histórias das mulheres colaboradoras se entrelaçam, pois são sujeitos que convivem e compartilham do mesmo espaço sociocultural, unindo essas vozes em uma só construção. Isso se torna possível por conta das representações sociais presentes na comunidade da qual elas fazem parte. Dessa forma, ao reunir as ideias semelhantes presentes nas diferentes respostas, através de categorizações, torna-se possível resgatar a matriz discursiva do Discurso do Sujeito Coletivo (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

## HISTÓRIA DE VIDA DAS MULHERES ASSOCIADAS A UM CURTUME DA REGIÃO SISALEIRA

O Discurso do Sujeito Coletivo 1 apresenta aspectos da história de vida das colaboradoras, trazendo questões familiares, relações com o estudo e sobre as dificuldades vividas na fase da adolescência, pontos de destaque trazidos nas falas dessas mulheres que superaram e continuam a superar desafios diariamente para sobreviver, mas que não desistem de seus sonhos, como podemos observar no discurso do Quadro 01. As ancoragens foram: trabalho precoce, contribuir com o sustento da família, dificuldades em conciliar trabalho e estudo e realizações pessoais.

**Quadro 01:** Discurso do Sujeito Coletivo 1

<b>Ideia Central (A): História de vida das mulheres associadas a um curtume sisaleiro (A)</b>
<b>Pergunta 1: Fale um pouco sobre sua história de vida: pessoal, familiar, religião, estudo</b>
“ <u>Trabalho com couro desde cedo</u> , sou de família de classe baixa e desde pequena tive que trabalhar para <u>ajudar a minha família</u> e meu marido a <u>sustentar a casa</u> . Quando a gente é jovem não entendemos direito o porquê de ter que trabalhar pra em si, ajudar em casa ou até mesmo comprar nossas próprias coisas. Ajudo minha família como posso, meus pais sonham em me ver formada. Minha família é de classe média, mas eu sempre tive a vontade de trabalhar pra conquistar minhas coisas, <u>estudei com muito esforço</u> . Com isso ficou um pouco puxado para poder dividir as tarefas, pelo fato de trabalhar pela manhã e estudar durante a tarde e sobra apenas a noite para realizar as atividades escolares, ou até mesmo trabalhar pra entregar os pedidos de material no prazo solicitado, e se sobrar tempo ver amigos ou familiares. Eu só via amigos quando dava tempo porque <u>trabalhar e estudar não é fácil</u> . Hoje sou outra pessoa, tenho minhas metas, meus pensamentos, meu modo de pensar, e me orgulho de tudo que já passei até aqui. Eu estudei, queria seguir os estudos, mas <u>a vida é difícil</u> . Eu ainda tenho esse sonho, quem sabe um dia, quando as coisas melhorar.”

**Fonte:** elaborado pelas autoras (2021).

Para compreender as narrativas das mulheres presentes no Quadro 01, faz-se necessário conhecer o conceito de gênero e a organização social da relação entre os sexos. Conforme versa Scott (1989), o termo gênero vem sendo utilizado para dar ênfase ao caráter social das diferenças baseadas no sexo, indicando uma rejeição do determinismo biológico presente no uso de termos diferença sexual. Ainda de acordo com a autora, compreender as relações sociais historicamente construídas que se estabelecem entre os gêneros permite fazer uma releitura social da situação das mulheres na contemporaneidade.

De acordo com Campbell (2008), nos caminhos seguidos pelas mulheres, existem várias jornadas dentro da jornada e a cada ciclo que elas passam, essas jornadas se enriquecem. O homem já parte nessa jornada como “herói”, mas para a mulher, existe o fardo natural da maternidade, aumentando a distância para a sua jornada heroica. Mas a mulher seguir o caminho da maternidade não significa que toda a criação e o cuidado da criança sejam somente papel dela. Entretanto, apoderando-se da questão biológica, muitos papéis acabaram sendo designados socialmente para a mulher, sendo elas mães ou não. As mulheres contemporâneas precisam enfrentar questões como conciliar carreira e maternidade, ou são confrontadas por ter que escolher entre uma ou outra, o mito da inferioridade feminina.

A identidade de gênero não é determinada a partir do nascimento do indivíduo, é algo construído no cerne das relações sociais, de forma processual. As representações de gênero na sociedade acontecem das mais variadas formas, cercadas de modelos, símbolos e conceitos que são apresentados aos sujeitos desde a infância e influenciam na construção da sua identidade (MOREIRA, 2017).

Nesse período inicial de formação do sujeito é que o gênero aparece como uma forma primária de dar significado às relações de poder, como traz Scott (1990) em seus estudos, quando diz que a sua definição tem duas partes que estão inter-relacionadas. A referida autora afirma que o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, e também é “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 86). Diante das afirmativas, pode-se perceber a inserção de um modelo de identidade incorporado a partir de comportamentos reproduzidos ao longo da história que determinam os papéis sociais do homem e da mulher.

Falar sobre gênero requer, de forma concomitante, trabalhar o conceito de poder como um papel indissociável na compreensão das relações sociais e na sua capacidade de defini-las e norteá-las. De acordo com Foucault (1995), o poder atrai e se difunde por todo o seio da sociedade e tornou-se parte intrínseca das relações. O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, transita por entre as pessoas, induz as ações dos indivíduos, produz discurso. Dessa forma, não deve ser visto como algo negativo, e sim, uma teia produtiva que constitui as relações sociais. Quando o poder é colocado em prática, promove uma ação que gera reações dos sujeitos livres, seja através de resistências e/ou questionamento às instâncias que estão fazendo uso dessa força.

A história das mulheres da região sisaleira revela uma trajetória de luta invisibilizada como sujeito ativo em um processo de transformação social que busca se libertar de uma história marcada pela inferiorização e submissão feminina. No Território do Sisal, a luta para superar a pobreza e as desigualdades sociais e de gênero se deram principalmente no final da década de 1980, por meio de ações de mobilização social para implantação de políticas públicas que pudessem melhorar as condições de vida das mulheres da região do sisal (OLIVEIRA, 2012).

Mesmo assim, constata-se que muitas situações de discriminação e desigualdade continuam a persistir no território. As mulheres enfrentam, desde a tenra idade, as duplas ou triplas jornadas para contribuir de alguma forma com o sustento da família, além de terem que se dividir entre trabalho e estudo, como se pode perceber no discurso das mulheres colaboradoras.

Estudei no CELEM, e conseguia separar tempo pra ambos, mesmo sendo difícil e super cansativo. Com isso ficou um pouco puxado para poder dividir as tarefas, pelo fato de trabalhar pela manhã e estudar durante a tarde e sobra apenas a noite para realizar as atividades escolares, ou até mesmo trabalhar pra entregar os pedidos de material no prazo solicitado, e se sobrar tempo ver amigos ou familiares (DSC 1).

De acordo com Carrara (2009), muitas meninas, principalmente de famílias com condições de vida mais precárias, assumem muito cedo os afazeres domésticos e os cuidados com os irmãos menores, prejudicando, dentre outros aspectos, a sua formação escolar. Dessa forma, fica evidente a situação da opressão que a mulher vivencia nos dias atuais, sendo uma realidade cíclica, enraizada na sociedade patriarcal, tendo como consequência a precariedade de acesso da mulher à educação, por dar prioridade à família, a ser mãe (cuidar dos filhos) e ser encarregada de outros ofícios designados pelos fatores sociais e históricos.

Trabalho com couro desde cedo, sou de família de classe baixa e desde pequena tive que trabalhar para ajudar a minha família e meu marido a sustentar a casa. Quando a gente é jovem não entendemos direito o porquê de ter que trabalhar pra em si, ajudar em casa ou até mesmo comprar nossas próprias coisas (DSC 1).

O discurso acima confirma que a realidade das mulheres do curtume é a mesma descrita nos estudos de Carrara (2009), e o ciclo continua persistindo nos dias atuais. Elas ajudam no sustento familiar desde cedo, e muitas vezes acabam deixando seus sonhos e conquistas para segundo plano em detrimento do bem-estar da família. “Eu estudei, queria seguir os estudos, mas a vida é difícil. Eu ainda tenho esse sonho, quem sabe um dia, quando as coisas melhorar” (DSC 1).

Como afirma Freire (1998, p. 58), “O aprender por toda a vida faz homens e mulheres serem sujeitos da história, humaniza-os, potencializa suas condições de sujeitos pensantes, que interferem e transformam, com seu agir, o seu cotidiano, o seu lugar, o mundo.” A educação formal faz parte do processo de construção da identidade dos sujeitos e contribui para que os mesmos se percebam num espaço de desigualdades, e que, a partir desta percepção, busquem transformar as suas histórias.

Elas reconhecem, através do discurso, a importância da educação para ter acesso a mais oportunidades e aprendizado, porque é através das práticas educativas que elas adquirem conhecimento sobre os temas que envolvem o cotidiano, passam a compreender os seus direitos e adquirem visões diferentes sobre sua realidade. Mas, por assumirem muitas responsabilidades, elas acabam desistindo dos estudos ou terminam de forma precária, não conseguindo adquirir as habilidades e competências necessárias ao final do processo.

Essas mulheres são importantes colaboradoras das comunidades onde vivem, principalmente no que diz respeito à vida familiar, pois se dedicam à casa e à família, da mesma forma que ajudam nas atividades produtivas para garantir sua subsistência, construindo formas de participação no âmbito familiar e comunitário, como afirma Firmo (2010).

A mulher do semiárido é forte, assim como o couro, e com essa força elas “resgataram o direito de sonhar e alimentam esse sonho com a solidariedade, com os seus saberes e com os seus fazeres. É assim que a mulher, enquanto sujeito histórico tem dado e continuará dando sua contribuição para a construção de um mundo melhor para todos e todas” (FIRMO, 2010, p. 29).

São elas que cuidam da família, trabalham com o couro para ajudar no sustento, mesmo ganhando pouco, e buscam a união dentro das comunidades para conseguirem sobreviver, enfrentando discriminações, fruto de uma construção social e histórica baseada na reprodução de ideias do patriarcado, persistentes até os dias atuais, como trata o Discurso do Sujeito Coletivo 2, na seção seguinte.

## A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E O TRABALHO COM O COURO NA PERSPECTIVA DO GÊNERO FEMININO

O Discurso do Sujeito Coletivo 2 trata sobre as relações de gênero no trabalho com o couro dentro da comunidade e discute sobre a importância da formação de uma associação a partir do curtume que se deu pela união dos moradores da região. As ancoragens foram: baixa remuneração, invisibilidade da mulher, habilidades para o trabalho com o couro, importância do trabalho em equipe. Dessa forma, ressalta-se a importância de pesquisar sobre as associações da região sisaleira, os papéis sociais e a divisão sexual do trabalho presentes nesses espaços na perspectiva do gênero feminino, fazendo uma interlocução com as narrativas das colaboradoras, expostas do Quadro 02, abaixo:

## Quadro 02: Discurso do Sujeito Coletivo 2

<b>Pergunta 2: Comente sobre seu trabalho enquanto mulher, com o couro e como se dá as suas relações com a comunidade e a associação.</b>
<b>Ideia Central (B): A associação comunitária e o trabalho com o couro na perspectiva do gênero feminino</b>
O couro, assim como qualquer outro trabalho temos que desenvolver habilidade, esforço agilidade, coletividade e querer. Eu fico trabalhando em cerca de 12 horas por dia, pra ganhar bem menos que o merecido. Ser mulher não é fácil, mas a gente consegue se virar pra conseguir um futuro. No curtume, o trabalho é mais pra os homens, porque as mulheres não têm a mesma resistência que eles têm, porque é muito cansativo. Com essa pandemia cada vez mais tá caindo e o curtume dá lucro, porém pra manter uma família grande não tem condição de dar um conforto todo, o que ganha é pra fazer suas obrigações dentro de casa. Mas a renda não é produtiva, A mulher não é valorizada não só no couro como também em outros aspectos, porque hoje quando se fala em uma mulher pra fazer isso ou aquilo, a sociedade logo pensa: ela não vai conseguir, não vai ter a mesma capacidade que um homem tem pra fazer, então no meu ponto de vista, nós mulheres somos um pouco excluídas das coisas que tem. Na área do curtume é mais homem, mas o pai de família às vezes leva sua mulher pra ajudar quando a demanda de trabalho é muito forte. Ajuda o marido a pegar o couro, entrar nos cochos. mesmo ganhando pouco. Temos boa relação com a comunidade, somos em uma boa quantidade coletiva, ajudamos um aos outros, A associação é favorável quando se junta porque é um trabalho em equipe pra poder realizar algo, não é um por um, como a estrutura do curtume que todos tiveram que se unir e contribuir, não só um, quem puder ajudar. “o importante é o esforço, a dedicação e união. Trabalhar com couro é muito especial e delicado, pois temos que ter cuidado com tudo para não danificar o couro, A associação é boa porque todo mundo se ajuda e é bem tranquilo aqui. A união ajuda o grupo. A associação ajuda muito, um ajuda o outro, se une pra trabalhar, a comunidade depende disso.

**Fonte:** elaborado pela autora (2021).

As associações comunitárias são espaços de mobilização das pessoas em prol de um bem comum a um grupo ou comunidade, na luta por políticas públicas que tragam benefícios e busquem sanar problemas locais. De acordo com Santos (2010, p. 35),

[...] a associação é vista como uma forma de se alcançar objetivos coletivamente, uma vez que, individualmente, consegui-los seria mais difícil. Nessa perspectiva, o associativismo figura como uma possibilidade de resolução de problemas ou de melhoria das condições de vida [...].

Observa-se nas palavras da autora, a importância das associações no contexto local, como uma ferramenta de luta por direitos coletivos e solução de problemas imediatos da população local. A união dentro das comunidades é uma forma de buscar apoio, de continuar sobrevivendo em meio às adversidades.

O Território do Sisal é um destaque a nível estadual, no número de organizações que tendem a buscar melhores condições de vida para a população local e incentivar a atuação de outras entidades. A quantidade de associações da Bahia corresponde a aproximadamente 30% do total de associações do Nordeste. Já o Território do Sisal possui 35,5% do total de associações do estado da Bahia (CERQUEIRA, 2015). A cidade de Tucano-BA, situada no referido território, com suas mais de 20 associações comunitárias registradas, revela a multiplicidade dessa configuração de coletividade e organização, no sentido de contribuir para superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados (IBGE, 2010).

A abertura desses espaços para a participação social e política das mulheres no Território, ainda de forma tímida, com o intuito de superar a pobreza, se deu no final da década de 1980, com

o apoio da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Estes movimentos incluíram nas suas pautas, as demandas de interesse das mulheres, mobilizaram as comunidades da região sisaleira priorizando o interesse coletivo e o reconhecimento de direitos das mulheres, permitindo que muitas delas começassem a migrar do ambiente doméstico para espaços sociopolíticos coletivos (MOREIRA, 2017).

Como forma de contribuir no processo de visibilidade e participação das mulheres nas associações e decisões coletivas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, realizou parcerias que possibilitaram a articulação de demandas para o atendimento das mulheres por meio da política de assistência técnica e extensão rural. Estas ações foram importantes por incorporarem a problemática de gênero nas agendas e políticas públicas e incentivar a mobilização das mulheres nos seus espaços (BUTTO *et al.*, 2014).

As mulheres rurais da Bahia, especialmente as do território do sisal, apresentam registros da organização de suas lutas também no início da década de 1980 com os clubes de mães, surgindo na mesma década os primeiros Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), nas cidades de Araci e Retirolândia, onde já nesse período eram discutidos seus problemas, desde os mais específicos, como discriminação e dupla jornada, até os mais gerais, como espaço, trabalho, moradia, educação, saneamento, segurança, entre outros. Esse momento tem como marco as mobilizações para entrega das emendas populares aos constituintes - discussão, levantamento e elaboração de propostas, assinaturas de abaixo-assinado (MOREIRA, 2017).

A associação formada a partir de um curtume sisaleiro surge a partir de dificuldades e união de sua comunidade, com o intuito de promover melhorias para os seus moradores. Sua fundação foi registrada em ata no dia três de março de 1998, na cidade de Tucano-BA, nomeada como Associação dos Moradores e Produtores de Sola de Pedra Grande, tendo homens e mulheres como componentes da diretoria e associados.

De acordo com Santos (2010), o associativismo da região sisaleira revela uma forma de contribuição para o desenvolvimento local e regional do Território do Sisal, espaço marcado pela resistência de seu povo frente às desigualdades sociais e históricas existentes ali. Antes predominantemente masculino, observou-se nos últimos anos, a participação mais ativa de mulheres nas associações, ocupando cargos e atuando diretamente em algumas funções, como trata Moreira (2017).

Mas, como explica a referida autora, o fato de as mulheres assumirem cargos e funções nas associações, não significa ausência do preconceito, mas representa a conquista de espaços onde a mulher pode trabalhar em prol do coletivo que inclua os direitos e demandas das mesmas, tendo maior representatividade. Ainda de acordo com Moreira (2017), a atuação das mulheres nos espaços de associação foi fundamental para a região sisaleira, a partir de ações e representações que possibilitam o desenvolvimento local e a atenção às demandas do gênero por meio da participação social, e essa importância é exaltada pelas mulheres do curtume: “A associação é boa porque todo mundo se ajuda e é bem tranquilo aqui. A união ajuda o grupo. A associação ajuda muito, um ajuda o outro, se une pra trabalhar, a comunidade depende disso” (DSC 2).

Participar de forma mais atuante nesses espaços possibilita às mulheres se perceberem pessoas que têm direitos e poder de reivindicação, muitos deles negados, historicamente. É possível, assim, que tenham maior visibilidade, representatividade e o poder de decisão nos vários setores da comunidade, ainda predominantemente masculinos.

O engajamento das mulheres rurais nos movimentos, associações, sindicatos e grupos de produção propicia uma transição na vida dessas mulheres, a saída do espaço privado

para o espaço público, significa representação e representatividade, colocando-as frente a novas relações com a comunidade e seu entorno (MOREIRA, 2017, p. 104).

Existe a necessidade de um maior engajamento das mulheres nas entidades e a abertura desses espaços para elas, através de políticas públicas e programas de incentivo à inserção feminina, para que dessa forma, elas tenham participação ativa e posição de reconhecimento frente aos debates nas comunidades.

O espaço rural, assim como o urbano, ainda é um local de domínio masculino, sendo necessário promover rupturas históricas de invisibilidade do gênero feminino. Ao analisar o Discurso do Sujeito Coletivo 2, percebe-se que a atuação das mulheres na associação comunitária sisaleira e no trabalho com o couro ainda segue as regras do patriarcado e a subalternidade feminina. Matos (2008) diz que o patriarcado é um sistema que ordena as relações sociais, políticas, econômicas, e até mesmo simbólicas, tendo como base o homem como detentor do poder e o controle dos valores e sentidos. As pesquisas existentes não referenciam quando surgiu esse sistema e como ocorreu o processo de chegada e permanência do homem em uma posição de poder e controle de diversos aspectos da vida social, presente até os dias atuais.

A desigualdade de gênero, como outras formas de diferenciação social, trata-se de um fenômeno estrutural com raízes complexas e instituído social e culturalmente de tal forma, que se processa cotidianamente de maneira quase imperceptível e com isso é disseminada deliberadamente, ou não, por certas instituições sociais como escola, família, sistema de saúde, igreja (CABRAL; DIAZ, 1998, p. 03).

O gênero feminino ainda é associado ao trabalho doméstico e é perceptível, a partir do DSC 2, que as mulheres continuam a desempenhar a maior parte desse trabalho, em particular as tarefas tidas como tipicamente femininas. Os homens continuam a serem socialmente autorizados a não desenvolverem tarefas legitimadas como pertencentes ao gênero feminino.

A mulher não é valorizada não só no couro como também em outros aspectos, porque hoje quando se fala em uma mulher pra fazer isso ou aquilo, a sociedade logo pensa: ela não vai conseguir, não vai ter a mesma capacidade que um homem tem pra fazer, então no meu ponto de vista, nós mulheres somos um pouco excluídas das coisas que tem (DSC 2).

Essa situação de reprodução da dominação masculina, como percebido nas narrativas das colaboradoras coloca as mulheres numa posição desfavorável do ponto de vista de seu reconhecimento social como trabalhadoras ativas dentro das atividades do curtume, além de contribuir para a divisão injusta de tarefas, sejam no trabalho ou dentro de casa. Há uma opressão simbólica, muitas vezes não perceptível, tida como natural e legitimada, fazendo com que haja uma aceitação coletiva, resultando no processo de superioridade masculina (BORDIEU, 1989). Na visão do referido autor, o poder simbólico é “o poder invisível, o qual pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 8). Este poder foi naturalizado e está impregnado nas relações e na cultura de tal forma que define as concepções de mundo presentes nas comunidades. “No curtume, o trabalho é mais pra os homens, porque as mulheres não têm a mesma resistência que eles têm [...]” (DSC 2).



As características biológicas serviram de embasamento para autorizar a sociedade a estabelecer as diferenças sociais entre homens e mulheres. A partir de Beauvoir (2009) surgiram questionamentos e reflexões acerca do determinismo biológico que, ao longo da história, provocou e continua provocando a desigualdade entre os gêneros. Dentre as transformações ocorridas a partir desse movimento, o mundo do trabalho se abriu para as mulheres, permitindo a ocupação das mesmas em espaços antes não acessados (SAFFIOTI, 2004). A educação, mesmo que de forma lenta, é umas das contribuições possíveis para o combate a essas práticas machistas e sexistas. Mesmo assim, ainda são identificadas práticas de desvalorização e exposição a condições de discriminação.

O determinismo biológico permanece, contrariando pesquisas nas quais os autores afirmam que esta divisão construída não é interligada às questões fisiológicas dos sujeitos. No entanto, esse pensamento já está tão impregnado na sociedade que, mesmo as mulheres tendo adquirido a conscientização sobre essa dominação, não é suficiente para frear a “violência simbólica” à qual são submetidas, como cita Bourdieu (1989). Verificam-se profundas desigualdades, por exemplo, nos salários diferenciados e nas condições impostas ao trabalho das mulheres, nos diferentes espaços ocupacionais, e essas diferenças são percebidas e vivenciadas por essas mulheres que sobrevivem do couro. No espaço do curtume, ainda prevalecem as decisões masculinas sobre as questões econômicas e políticas. “Eu fico trabalhando em cerca de 12 horas por dia, pra ganhar bem menos que o merecido. Ser mulher não é fácil, mas a gente consegue se virar pra conseguir um futuro” (DSC 2).

Por trás do termo “se virar” existe uma rotina cansativa de trabalho, muitas vezes não reconhecido, remunerado e nem legitimado como trabalho. Saffioti (2004) afirma que mesmo a mulher conseguindo seu espaço, ainda é de sua inteira responsabilidade a tarefa doméstica, assumindo então jornada intensa de trabalho.

Apesar dessa relevante inserção feminina no mercado de trabalho, a mulher não teve diminuído o seu papel de cuidadora dos filhos, esposa e responsável pela administração da casa, pois o gênero masculino, na maioria das vezes não assume essas tarefas tidas como culturalmente femininas. Quando há um aumento da demanda do trabalho dos maridos, a família é acionada para trabalhar junto com eles, incluindo as esposas. Ainda que a mulher exceda os limites da sua casa, passando a vender sua força de trabalho para outros, seu trabalho é visto como uma ajuda ao marido e um complemento à renda familiar.

Uma vez inserida no mercado de trabalho, a mulher apresenta uma média salarial inferior à masculina, apesar de ter um nível médio de instrução maior (ANTUNES, 2009). Não há dúvidas sobre a importância da remuneração do trabalho feminino para seu reconhecimento, mas o valor econômico por si só não basta e não altera as relações de gênero.

A autora Federici (2019) afirma que “o trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado” (FEDERICI, 2019, p. 42-43). Entre outras palavras, além de atribuir às mulheres a responsabilidade sobre a reprodução, a divisão sexual do trabalho rotula o trabalho reprodutivo como um não trabalho, não lhe atribuindo valor, não tendo direitos e garantias e o marginalizando como objeto de estudo da economia (CISNE, 2012). O trabalho reprodutivo ao qual esta autora se refere é o conjunto de responsabilidades como tarefas domésticas, criação dos filhos, reprodução biológica, entre outras funções similares.

As mulheres vinculadas às associações e cooperativas fazem parte desse grupo excluído, mesmo que promovam atividades que geram renda para sua comunidade. Enfrentar a exclusão do mundo capitalista não é tarefa fácil, principalmente para mulheres que participam de cooperativas e associações comunitárias (MESQUITA, 2013). Elas vivem de forma coletiva, participando dos

processos de geração de renda e preservação da cultura da sua comunidade, papéis importantes para a sobrevivência de todos e todas que fazem parte daquele ambiente.

A opressão sofrida pela mulher é anterior à sociedade capitalista e muito provavelmente não desaparecerá em outras formas de sociabilidade de forma rápida, no entanto um “modelo de sociedade que oportunize a liberdade, a autodeterminação e emancipação humana dos indivíduos poderá possibilitar uma mudança significativa para a questão da desigualdade de gênero presente na sociedade hoje” (ANTUNES, 2009, p. 110). Mesmo diante desta situação, as mulheres continuam empenhadas a ressignificar seu papel social e suas vidas, buscando conquistar espaços maiores na sociedade, mesmo que isso aconteça de forma lenta e gradativa.

Por isso, ressalta-se a importância de falar sobre desigualdade de gênero e de escutar as mulheres sisaleiras como um ato de resistência que se faz necessário, como um exercício diário da luta de uma opressão latente que ainda permeia nos dias atuais. Com um cenário social adverso, relatar experiências femininas é sinalizar sobre os diversos campos de atuação da mulher, é abrir espaços para sua participação social ativa em setores onde há predominância masculina, é refletir sobre as condições de vida, de trabalho, de seu papel social e, nesse sentido, trazer as vozes das mulheres sisaleiras.

## TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA CULTURA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: DIÁLOGOS COM O CAMPO EMPÍRICO

O Discurso do Sujeito Coletivo 3 (Quadro 03) traz, respectivamente, a questão da transmissão Intergeracional da cultura (C) e a importância da preservação da natureza para a melhoria da qualidade de vida da comunidade (D). As ancoragens foram: Transmissão da cultura para os descendentes (C), Despoluição do rio após a saída do curtume (D) e Melhoria na qualidade de vida da comunidade (D).

### Quadro 03: Discurso do Sujeito Coletivo 3

<b>Pergunta 3:</b> Fale um pouco da sua compreensão sobre o que é cultura. Qual a importância da preservação ambiental para a comunidade?
<b>Ideia Central (C):</b> Transmissão intergeracional da cultura (C)
A cultura é algo importante que é pra todos e que vai passando pros filhos, mas é o que a gente vive aqui, as coisas que a gente faz, o que vai aprendendo e passando, como o trabalho com o couro, a partir dele a gente se mantém, é muito significativo, a gente pode sobreviver. O dinheiro que sustenta vem do couro e já tá passando de geração pra geração, pra ajudar os filhos dos nossos filhos e assim por diante. Mas eu acredito que cultura é o que o povo aqui faz o trabalho, as festas que acontece todo ano. Tudo aquilo que nossos pais passa que já é costume na comunidade. Nossos avós ensina como a gente deve fazer o trabalho com o couro, tudo isso. E a gente vai passando esse costume, as artes e vai sobrevivendo, é o que sustenta as família.”
<b>Ideia Central (D):</b> Importância da natureza para o bem-estar da comunidade. (D)
O rio que passa aqui tá tão mais limpo, antes a gente não via nada, só o fedor, depois que limpou que a gente vê como é bom cuidar da natureza. A natureza é muito importante porque a gente depende dela e Realmente terem pedido para o curtume sair do rio foi uma boa, porque o rio tava acabado, a gente via quando a gente passava, não tinha mais aquele bom ar para respirar da natureza, sabe?! Era só aquele ar poluído, era muito couro espalhado pela margem do rio, não era uma coisa boa de se ver, tava ficando sem vida com o curtume lá. Eu nunca pensei que fosse tão bom limpar o rio, a gente depende da natureza e não cuida dela direito. <u>O rio que ajuda tanto a gente</u> e a gente sujava tanto. O rio voltou e ter mais peixe, o fedor diminui, pense que tá bom?! Mas a gente deve manter, né, porque a qualidade de vida é outra.

Fonte: elaborado pela autora (2021).

A cultura é coletiva, ou seja, devem ser levadas em conta as questões do grupo no qual está inserida e respeitar as características dos indivíduos que o compõem dentro de seus contextos e histórias. Assim, possibilita a interpretação do ser humano sobre suas histórias e memórias relacionadas à sua família e à sociedade na qual se insere, destacando seus símbolos (GEERTZ, 1989).

A conservação das culturas tornou-se um desafio para comunidades que têm limitações a enfrentar ao longo do tempo. É através da passagem de geração a geração que são reconhecidas as tradições das famílias e comunidades, ancoradas em hábitos e atitudes do cotidiano, “garantindo a sobrevivência do grupo em meio às transformações sociais e econômicas da sociedade” (LISBOA; FÉRES-CARNEIRO; JABLONSKI, 2007, p. 52). O conceito de transmissão intergeracional compreende a travessia de legados, rituais e tradições de uma geração à seguinte, podendo ocorrer de forma consciente ou inconsciente. São vínculos ligados aos costumes, religião e questões históricas como forma de sustentação da cultura de um grupo (LISBOA; FÉRES-CARNEIRO; JABLONSKI, 2007).

A cultura é algo importante que é pra todos e que vai passando pros filhos, mas é o que a gente vive aqui, as coisas que a gente faz, o que vai aprendendo e passando, como o trabalho com o couro, a partir dele a gente se mantém, é muito significante, a gente pode sobreviver (DSC 03).

Ao entrelaçar as gerações, histórias são compartilhadas e perpetuadas, criando as identidades. As experiências adquiridas servem como exemplo e o entendimento do futuro vai sendo construído e compartilhado entre os membros, percepções estas inseridas no discurso das colaboradoras. “Tudo aquilo que nossos pais passa que já é costume na comunidade. Nossos avós ensina como a gente deve fazer o trabalho com o couro, tudo isso. E a gente vai passando esse costume, as artes e vai sobrevivendo, é o que sustenta as família” (DSC 03).

Grandesso (2006) diz que a família e as culturas devem ser apreciadas, que as histórias, valores, experiências e tradições que foram adquiridos ao longo das gerações sejam preservadas e transmitidas aos futuros familiares.

Histórias construídas entre os membros da família através de palavras, gestos, atitudes e, mesmo no que se diz pelo silêncio, constroem uma rede de crenças compartilhadas sobre a família de cada um, mantida e ressignificada em diferentes contextos de vida (GRANDESSO, 2006, p. 16).

Apesar do reconhecimento sobre a importância da manutenção das atividades culturais, fatores externos e problemas surgidos ao longo do tempo podem comprometer esse processo, sendo necessária a adequação das comunidades às novas realidades existentes, sem deixar de lado a sua essência. No caso da atividade com o couro na cidade de Tucano, a comunidade enfrentou e continua enfrentando o desafio de preservar a sua cultura unida à preservação ambiental. No diálogo promovido junto às mulheres colaboradoras, a visão trazida por elas sobre cultura comprova a importância do curtimento do couro para as pessoas da comunidade, mas ao mesmo tempo, quando trata de preservação ambiental, percebe-se ainda que há informações escassas sobre a relação da manutenção da natureza e a preservação cultural para esses sujeitos.

A cultura é algo importante que é pra todos e que vai passando pros filhos, mas é o que a gente vive aqui, as coisas que a gente faz, o que vai aprendendo e passando, como o

trabalho com o couro, a partir dele a gente se mantém, é muito significativo, a gente pode sobreviver (DSC 03).

Eu nunca pensei que fosse tão bom limpar o rio, a gente depende da natureza e não cuida dela direito. O rio que ajuda tanto a gente e a gente sujava tanto (DSC 03).

No final do século XX e início do século XXI, já se tinha conhecimento de que essas áreas se inter-relacionavam e que todo patrimônio se configura e se engendra mediante suas relações com a cultura e o meio. Hoje se reconhece que “a cultura é construída historicamente, de forma dinâmica e ininterrupta, alterando-se e ampliando seu cabedal de geração em geração, a partir do contato com saberes ou grupos distintos” (PELEGRINI, 2006, p. 118).

Falas proferidas pelas colaboradoras remetem ao não saber como conduzir os efeitos nocivos da atividade, e isso, durante toda a trajetória do curtimento ao longo dos anos, remeteu ao processo de eutrofização das águas do rio Itapicuru-Mirim, no trecho onde o curtume estava instalado.

A natureza é muito importante porque a gente depende dela e realmente terem pedido para o curtume sair do rio foi uma boa, porque o rio tava acabado, a gente via quando a gente passava, não tinha mais aquele bom ar para respirar da natureza, sabe?! Era só aquele ar poluído, era muito couro espalhado pela margem do rio, não era uma coisa boa de se ver, tava ficando sem vida com o curtume lá (DSC 03).

A ausência de um processo educativo dentro das comunidades sobre as questões socioambientais pode levar ao declínio de culturas que causam efeitos mais danosos ao meio ambiente, como ocorre no curtume e as consequências ambientais provocadas no rio Itapicuru- Mirim. A necessidade de se combinar o uso e a conservação dos bens naturais e culturais, de modo a se evitar a degradação dos patrimônios, contribuem para a sobrevivência das comunidades (PELEGRINI, 2006).

O discurso das colaboradoras ressalta que a percepção dos danos ambientais se tornou mais evidente após a possibilidade de fechamento do curtume. Ao mesmo tempo, reconhecem a importância deste bem para a comunidade e ratificam que diminuir os lançamentos de dejetos nos mananciais favoreceu a todas as pessoas moradoras do local. Assim, se depreende que a interpretação do patrimônio cultural ou do patrimônio ambiental não pode ser abstraída dialeticamente das ações historicamente responsáveis por sua construção, nem tampouco do sentido de pertencimento. Partindo dessas reflexões, percebe-se a necessidade de ações efetivas que contribuam com a diminuição de atitudes que agriam a natureza e ao mesmo tempo, permitam a continuidade da atividade do curtimento do couro na comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diálogos presentes neste artigo buscaram compreender como se dá o papel e a presença das mulheres nas associações comunitárias existentes no Território do Sisal, na perspectiva daquelas que vivenciam diariamente as relações existentes dentro desses espaços, as mulheres vinculadas a uma associação comunitária criada a partir de um curtume sisaleiro.

Na Região Sisaleira existem muitas lacunas sociais que cotidianamente precisam ser superadas por seus moradores. As associações surgem num processo de união entre seus povos, no intuito de, coletivamente, resolver problemas e buscar as estratégias de desenvolvimento na busca do bem-estar das comunidades.

A participação da mulher no Território do Sisal, principalmente como atuante nas comunidades, é omitida em boa parte dos documentos que relatam essa história e são muitos os obstáculos que elas enfrentaram e continuam enfrentando para serem inseridas em espaços predominantemente masculinos. São séculos de histórias que invisibilizaram o gênero feminino, criando estereótipos e designando papéis sociais de acordo com características biológicas dos indivíduos.

O engajamento das mulheres nas associações propicia uma transição na vida destas, pois amplia a ocupação de espaços sociais, permitindo que haja mais representatividade, colocando-as frente a novas relações com a comunidade e seu entorno, obtendo reconhecimento e a busca por direitos antes negados pela sociedade patriarcal, que prioriza o homem como provedor e chefe de família.

Observa-se a desvalorização do trabalho reprodutivo feminino, e neste âmbito, a invisibilidade do trabalho doméstico realizado pelas mulheres, tanto nas zonas rurais como urbanas e quando inseridas no mercado de trabalho formal, deparam-se com a divisão sexual do trabalho.

Os dados obtidos na pesquisa a partir da escuta das mulheres colaboradoras permitem concluir sobre a necessidade de fortalecer a condição de sujeitos de direitos dentro da sociedade e a necessidade da atuação política e social das mulheres com mais intensidade nas associações, como forma de promover maior autonomia e consciência crítica.

As vozes das mulheres reafirmam que seu papel social está atrelado a não valorização de seu trabalho e as suas contribuições ainda são vistas como poucos importantes para o todo. O seu trabalho é tido como um não trabalho, ou seja, como ações que elas devem desempenhar apenas por serem mulheres, e não devem ser remuneradas por isso. A presença e a atuação dessas mulheres nas associações são fundamentais para o território, a partir de ações que possibilitem o desenvolvimento local e a atenção às demandas do gênero por meio da participação social.

Ressalta-se a importância de promover um estudo sobre a atuação das mulheres nas associações sisaleiras a partir de seu lugar de fala através de depoimentos, contribuindo na conquista e reconhecimento de seus direitos, permitindo maior acesso aos espaços públicos, fortalecendo o Território do Sisal como um espaço de visibilidade para elas. As discussões promovidas servirão de apoio para futuras pesquisas do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, ressaltando essas mulheres com trajetória de vida forte, que abandonam seus sonhos para ajudar a família e a comunidade, que lidam com a seca, com a discriminação e outras demandas da vida, mas não desistem de lutar para transformar seu território em um lugar melhor em prol do coletivo.

## COMMUNITY ASSOCIATIONS IN THE SISALEIRA REGION: PERSPECTIVES IN FEMALE GENDER IDENTITY

*Abstract: this article raises the following research question: how do women play the role and presence in community associations in the Territory of Sisal? The objective is to map the Sisaleiras Community Associations from the perspective of female gender identity, highlighting the family, social and relational aspects brought by the women who collaborated in the research. Bibliographic and empirical research were carried out, using the life history for data collection and their analysis through the Collective Subject Discourse. For women belonging to associations, social roles considered to be feminine are designated. They work outside associations, spaces still dominated by men. There is a need to strengthen the condition of women as subjects of rights in sisal-growing community associations, given their importance in the struggle for improvements within the community, promoting political and social action by females as a way to promote autonomy and critical awareness.*

**Keywords:** *Community Association. Women. Work. Social Roles.*

## Referências

- ANTUNES, R. L. C. *Os Sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo-SP: Boitempo, 2009.
- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BUTTO, A. et al. Percepção das Mulheres Rurais e Gestores sobre a implementação das políticas públicas para igualdade de gênero. In: BUTTO, A. et al. (orgs.). *Mulheres rurais e autonomia*: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2014. p. 60-83.
- CAMPBELL, J. *Mito e transformação*. São Paulo: Editora Ágora, 2008.
- CARRARA, S. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: BARRETO, A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, M. E. (orgs.). *Gênero e diversidade na escola*: formação de professoras/res em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009. p. 13-183.
- CERQUEIRA, M. O. *A vulnerabilidade ambiental do Território do Sisal-Bahia*. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, Feira de Santana, Bahia, 2015.
- CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- EUGÊNIO, B.; TRINDADE, L. B. A entrevista narrativa e suas contribuições para a pesquisa em educação. *Pedagogia em Foco*, Iturama-MG, v. 12, n. 7, p. 117-132, jan./jun. 2017.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução*: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019. 388p.
- FIRMO, C. S. *Desenvolvimento Territorial Sustentável e Gênero*: o caso do Território Sisaleiro da Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2010.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1998.
- GRANDESSO, M. A. Família e narrativas: histórias, histórias e mais histórias. In: CERVENY, C. M. de O. (org.). *Família e Ciclo Vital*: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 13-29.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo demográfico 2010*. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2021.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. *Depoimentos e Discursos*: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- LISBOA, A. V.; FÉRES-CARNEIRO, T.; JABLONSKI, B. Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira. *Psicologia em Estudo*, v. 12, n. 1, p. 51-59, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/tqcPSnqYFPjhND6Z68Swzbp/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 27 set. 2021.
- MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2,

p. 333-357, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZmhF5yph/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

MESQUITA, L. A. P. de. *O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Campo Alegre de Goiás, Goiás, 2013.

OLIVEIRA, M. V. L. de. *“Todas podem, desde que”*: uma análise das relações de gênero no território do sisal no semiárido baiano. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, Bahia, 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, E. M. C. *Associativismo e desenvolvimento: o caso da região Sisaleira da Bahia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2010.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução autorizada de Maria Betânia Ávila e Cristine Dabatt. Recife: SOS Corpo, 1989.